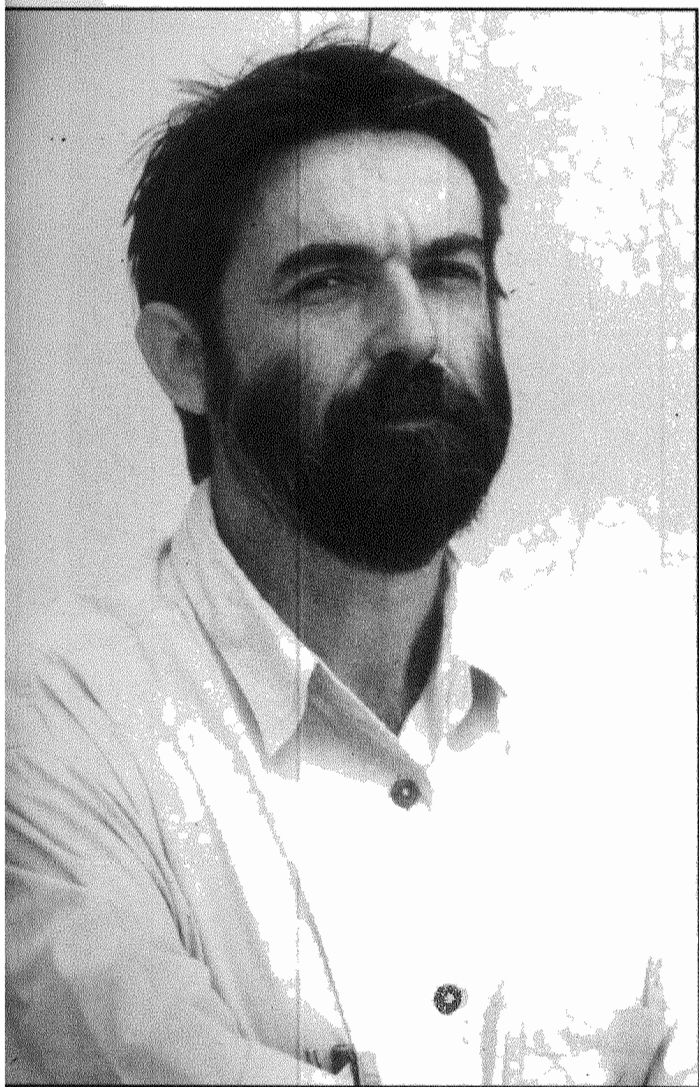


## Artigo

# CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E MARXISMO

**Ricardo Carneiro\***



rias, metodologia científica e estratégia política. A busca de uma interpretação consistente com os textos marxistas de-fre-nta-se normalmente com uma série de dificuldades. "De um lado, porque a maior parte do corpus consiste em manuscritos não publicados e cartas extremamente desiguais. (...) Além disso, muitos textos publicados são jornalísticos ou propagandísticos (...). É preciso, finalmente, levar em conta que o pensamento de Marx mudou ao longo do tem-

de interpretação, corporificando formas distintas de "marxismo", que vão da ortodoxia ao revisionismo ou do que se denomina marxismo "vulgar" ao marxismo "duro". De outro lado, existem dificuldades decorrentes do fato de a obra marxista ter tanto um compromisso com a interpretação científica dos fenômenos sociais quanto com a transformação (revolucionária) da sociedade.

O esforço teórico empreendido por Marx orienta-se principalmente para a análise da sociedade capitalista, e se dirige tanto à interpretação de sua lógica de funcionamento enquanto uma forma específica de organização da sociedade, quanto à sua superação, com a implantação da sociedade comunista. Ao longo do tempo, críticas feitas à consistência lógica e evidências empíricas falseando proposições teóricas têm levado a revisões dentro do paradigma marxista, com vistas a uma concepção analítica mais coerente para lidar com a interpretação das sociedades contemporâneas. No curso desse processo, diversos elementos de corpo teórico original tiveram de ser abandonados, enquanto outros foram reafirma-

### Introdução

O marxismo compõe um corpo teórico que envolve um amplo e heterogêneo conjunto de idéias, teses, teo-

po, tanto em rupturas descontínuas como numa evolução mais gradual" (Elster, 1989). Essa circunstância abre espaço para a emergência, dentro do paradigma marxista, de diversas linhas

\* Doutorando em Ciências Humanas FAFICH/UFMG. Professor do Departamento de Economia da FCG - UNA

dos, mantendo sua vitalidade analítica. Isto se aplica, em particular, ao materialismo histórico.

O materialismo histórico representa um método de análise científica proposto para interpretar as causas da estabilidade e das transformações das sociedades ao longo de seu desenvolvimento histórico (Elster, 1989), constituindo-se numa das mais importantes contribuições científicas do marxismo. Interessava a Marx determinar as leis que movem o desenvolvimento social, dentro de uma "concepção que a história está sujeita a um padrão progressivo que pode ser detectado no passado e extrapolado para o futuro" (Elster, 1989). Em outras palavras, a pesquisa histórica sobre a formação e o desenvolvimento das sociedades proporcionaria os elementos objetivos para interpretar e introduzir mudanças revolucionárias nas sociedades contemporâneas.

A tese central em torno da qual se estrutura o materialismo histórico é a de que toda organização social está apoiada na forma como os homens se relacionam com a natureza, buscando a satisfação de suas necessidades materiais básicas, por meio do trabalho. Assim, cabe à interpretação científica estabelecer os fatos e os fatores econômicos relevantes em cada situação concreta, traçando a partir deles a complexa rede de articulação dos proces-

sos econômicos propriamente ditos com outras dimensões dos processos sociais, políticos e culturais. Ao lidar com essa questão, o enfoque é direcionado para a lógica (econômica) dos processos de produção, com o intuito de deduzir, a partir dela, os principais elementos da interpretação dos fenômenos sócio-econômicos. Toma forma aqui o determinismo econômico que caracteriza a análise marxista.

Para o materialismo histórico, a produção é definida como uma "ação intencional do homem para se apropriar e transformar a natureza, obtendo dessa forma um produto" (Castells, 1989). Por natureza entende-se não apenas o meio natural em sua dimensão física e biológica, mas também o meio modificado e construído pelo homem, através do trabalho. "A relação entre trabalho e natureza no processo produtivo (...) envolve o uso de meios de produção para interagir com a natureza, fundamentados em energia e conhecimento" (Castells, 1989). Abrem-se aqui então duas perspectivas principais de abordagem do processo produtivo: uma perspectiva centrada nas relações de propriedade dos meios de produção, outra centrada nas relações técnicas de produção.

A perspectiva analítica centrada nas relações de propriedade dos meios de produção fundamenta a vertente "revolucionária" do marxismo e desemboca na in-

terpretação do capitalismo como um sistema produtivo transitório, condenado a desaparecer enquanto tal. Caberia à sociedade, mais especificamente à classe trabalhadora, acelerar sua ruptura e implantar a sociedade socialista. A perspectiva analítica centrada nas relações técnicas de produção, por sua vez, trata o capitalismo como um sistema complexo, capaz de superar suas contradições e manter seu dinamismo econômico, através de um processo de reestruturação tecnológica e organizacional. Essa vertente de análise, menos explorada dentro do marxismo, vai ser seguida, em período contemporâneo, por autores como Castells.

Este artigo parte de uma síntese do argumento marxista a respeito do caráter transitório e da superação revolucionária do capitalismo, ressaltando as principais críticas relativas aos equívocos de tal interpretação, tanto de um ponto de vista teórico quanto empírico. A seguir, a atenção é dirigida para a análise das transformações do capitalismo contemporâneo desenvolvida por Castells, à luz do paradigma marxista. Na conclusão, procura-se reafirmar a importância do instrumental analítico proporcionado pelo marxismo - evidenciada, em particular, na análise de Castells -, a despeito das críticas que lhe são dirigidas.

## A hegemonia do capitalismo no mundo contemporâneo e o equívoco do "marxismo revolucionário"

**N**a vertente interpretativa que enfatiza a propriedade dos meios de produção, o enfoque é dirigido para as denominadas relações sociais de produção. De acordo com o argumento marxista, as relações de propriedade dos meios de produção levam à divisão da sociedade em classes sociais; a forma como a propriedade se estrutura determina o caráter destas classes sociais e as relações que estabelecem entre si. Nas relações entre as classes sociais são especificados os diferentes papéis que os indivíduos, enquanto atores coletivos, assumem no processo produtivo, englobando a organização da atividade produtiva e a distribuição da produção.

A forma como o resultado do processo produtivo é apropriado e distribuído na sociedade determina o que Marx define como modo de produção. Essa apropriação e distribuição se faz de acordo com regras que são estabelecidas a partir da propriedade dos meios de produção: a um modo de produção determinado correspondem relações sociais de produção e, conseqüentemente, estratificação da sociedade em classes sociais também determinadas. "O princípio estrutural através do qual o excedente é apropriado, designando assim o beneficiário estrutural de tal apropriação, isto é, a classe dominante, caracteriza o modo de produção" (Castells, 1989).

A análise marxista distingue vários modos de produção - asiático, escravista, feudal, capitalista e socialista -, sendo possível a presen-

ça, numa mesma formação social concreta, de distintos modos de produção; circunstância em que um deles é dominante e os demais subordinados. De acordo com o materialismo histórico, o processo global de desenvolvimento das sociedades é marcado pela transição de um modo de produção em outro. Na interpretação das causas objetivas dessa transição, a ênfase recai nos antagonismos de classe (Dobb, 1978).

Em termos mais específicos, a idéia central em torno da qual se estrutura a interpretação marxista é a de que cada modo de produção engendra um certo "conjunto de interesses objetivamente definidos, criados por relações de exploração e dominação" (Elster, 1989). Esses interesses objetivos vão se constituir em interesses de classe, entendidos como interesses comuns a grupos de indivíduos à medida em que estes partilham a condição de explorados ou exploradores nas relações sociais de produção. A mobilização em torno dos interesses objetivos comuns levaria à ação coletiva, tratada então como luta de classes.

De acordo com Elster (1989), "Marx acreditava que esse é o problema central na compreensão da mudança social". Na concepção teórica marxista, "todo conflito social se reduz (...)", em última instância, "à luta de classes", ou seja, as classes são as forças que explicam o desenvolvimento histórico da sociedade. Assim, os "modos de produção são resultados de processos históricos nos quais uma classe

social ascendente torna-se dominante através de meios políticos, frequentemente militares, construindo alianças sociais e obtendo suporte para construir sua hegemonia" (Castells, 1989).

Aplicada ao modo de produção capitalista, esse tipo de análise enfatiza a propriedade privada dos meios de produção, responsável pela divisão da sociedade em duas classes principais: a classe burguesa ou capitalista, proprietária dos meios de produção, e a classe trabalhadora, formada pelos produtores diretos, destituídos dos meios de produção. Como classe dominante, já que detêm o controle dos meios de produção, os capitalistas vão se apropriar do excedente, cabendo à classe trabalhadora apenas a parcela da produção necessária à sua reprodução. Como resultado, estabelece-se uma relação de exploração de classes.

Por sua vez, refletindo o princípio econômico da maximização do lucro, o sistema capitalista é "orientado para a expansão do volume e da proporção do excedente apropriado com base no controle sobre os meios de produção" (Castells, 1989). Essa busca da maximização do excedente implica em pressão no sentido do rebaixamento da parcela do produto social destinado ao trabalho (à reprodução dos trabalhadores). Toma forma, assim, o argumento marxista da existência de uma permanente tensão contrapondo os interesses da classe trabalhadora aos interesses da classe capitalista. Tal conflito de interesses estaria na

base da luta de classes que levaria à transição da sociedade capitalista para a sociedade socialista.

Da contradição de interesses e da luta de classes o marxismo deduz a proposição de que o capitalismo seria um modo de produção transitório, característico de uma determinada etapa da evolução da sociedade moderna. Em termos mais específicos, representaria o último modo de produção baseado na existência de classes sociais e na contradição entre elas ao longo do processo histórico de desenvolvimento das sociedades humanas, que culminaria no socialismo. Sua extinção caberia à classe trabalhadora, que cumpriria um papel revolucionário, instaurando seu próprio poder e construindo uma nova sociedade, baseada na supressão da propriedade privada, substituída pela propriedade coletiva dos meios de produção.

Ao desenvolver analiticamente essa questão, a teoria marxista formula diversas teses de caráter prospectivo sobre o sistema capitalista, através das quais busca fundamentar a natureza inexorável do processo de transição para o socialismo. Entre essas teses, incluem-se a idéia da polarização de classes, significando a consolidação da organização social em torno das classes capitalista e trabalhadora, reforçada pela crescente homogeneidade interna a estas duas classes polares. A tendência à polarização e simplificação favoreceria a passagem da classe trabalhadora da condição de uma "classe em si" para a condição de uma "classe para si", sustentada na crescente conscientização dos trabalhadores de suas condições sociais objetivas

dentro do capitalismo, bem como de seus interesses comuns. Essa conscientização proporcionaria a base de solidariedade que permitiria a organização da classe trabalhadora, transformando-a na força revolucionária que levaria à derrocada do capitalismo. O papel revolucionário da classe trabalhadora refletiria não apenas a tendência à polarização e simplificação das classes sociais, mas também um esperado processo de pauperização decorrente de crises econômicas do capitalismo que, sob a ótica marxista, seriam inerentes à lei do movimento do capital, tornando mais agudos os conflitos de classe.

**De acordo com o argumento marxista, as relações de propriedade dos meios de produção levam à divisão da sociedade em classes sociais.**

Essa concepção materialista de desenvolvimento da sociedade aplicada à análise do capitalismo revelou-se particularmente suscetível a críticas, tanto teóricas quanto empíricas, já familiares no debate contemporâneo. No plano teórico, cabe mencionar os problemas suscitados pelos pressupostos do individualismo metodológico e pela teoria da ação coletiva de Olson,

mostrando que a formação de classes e a luta de classes são processos muito mais complexos que o tratamento dado à questão pela análise marxista convencional. Por sua vez, as evidências empíricas relativas às sociedades capitalistas contemporâneas ressaltaram o alto grau de determinismo existente em Marx, sobretudo quanto à concepção linear do desenvolvimento da consciência de classe por parte dos trabalhadores, responsável pelo equívoco teórico de prever a superação do capitalismo pelo socialismo como um cenário futuro inevitável. Além disso, a visão de "uma sociedade sem classes, autoridade ou divisão do trabalho (...)" como expressão da sociedade socialista "é tratada pela crítica sociológica como ingênua ou utópica" (Rattansi, 1985). O fracasso do denominado "socialismo real" contribui para agudizar esse criticismo.

Os evidentes limites da interpretação convencional ou "revolucionária" do materialismo histórico na abordagem do sistema capitalista, contudo, não implicam necessariamente que o instrumental analítico marxista deva ser desprezado. Ao contrário, diversas contribuições teóricas mais recentes, que se alinham ao que tem sido denominado de "neomarxismo", vêm demonstrando a atualidade e o alcance explicativo desse instrumental na análise das transformações sociais do mundo contemporâneo. Entre essas contribuições, incluem-se as abordagens centradas nas relações técnicas de produção (e não nas relações de propriedade dos meios de produção); perspectiva analítica adotada por Castells.

## A "reestruturação" do capitalismo contemporâneo na interpretação de Castells

**P**ara Castells, as modificações na variável tecnológica, isto é, na base técnica da produção são fundamentais para se entender as transformações ocorridas no processo produtivo e, por extensão, na organização da sociedade. Sob essa ótica analítica, onde o enfoque é direcionado para a investigação das interações entre a tecnologia e os outros elementos da estrutura social, vão emergir dois conceitos básicos: "modo de desenvolvimento" e "reestruturação".

As relações técnicas que se estabelecem no processo produtivo envolvendo trabalho e matéria (natureza), e que têm como base os meios de produção, definem um modo de desenvolvimento (Castells, 1989). Essa definição remete ao conceito (marxista) de forças produtivas - forças naturais, entre as quais se inclui o trabalho, apropriadas pelo homem para a produção e consequente reprodução de sua vida social -, em que a ênfase é colocada sobre a parte material ou, mais especificamente, sobre os instrumentos e objetos de trabalho que formam a base técnica da sociedade. O modo de desenvolvimento corresponde aos "arranjos através dos quais o trabalho interage com a matéria para gerar o produto, determinando em última instância o nível de excedente" (Castells, 1989) do processo produtivo. O fator explicativo central da base técnica do sistema produtivo, responsável pelo potencial do trabalho em gerar produto e, consequentemente, excedente produtivo, seria o elemento determinante do modo de desenvolvimento.

Modos de produção, que se estruturam sobre relações sociais de produção, e modos de desenvolvimento, que se estruturam sobre relações

técnicas de produção ou forças produtivas, interagem entre si ao longo do processo histórico de desenvolvimento da sociedade. Em determinadas fases do desenvolvimento, as forças produtivas podem e, mais do que isto, tendem a entrar em contradição com as relações sociais de produção, manifestando-se em "conflitos sociais, crises econômicas ou disputas políticas. Em algumas circunstâncias, isto leva a rupturas abruptas" (Castells, 1989), com a substituição de um modo de produção por outro; situação em que a luta de classes desencadeia revoluções sociais, conforme preconizado pela análise marxista convencional. No entanto, como argumenta Castells (1989), na maior parte dos casos as contradições levam não à substituição mas a uma reorganização do modo de produção, através de um processo amplo de transformação cujo elemento central é "a utilização de novas relações técnicas de produção, envolvendo ou não a emergência de um novo modo de desenvolvimento". Esse processo de transformação de um modo de produção é o que se designa como "reestruturação".

Em outras palavras, reestruturação de um modo de produção pode ser entendida como um processo contínuo e gradual de adaptação entre o desenvolvimento das forças produtivas, sustentado nas novas tecnologias, e as transformações nas relações sociais de produção. Trata-se de um processo desigual ao longo do desenvolvimento da sociedade, em que a maior intensidade das mudanças pode residir tanto na variável tecnológica quanto na organização social: "quando circunstâncias históricas criam a convergência entre mudança social e mudança tecnológica, presencia-se a emergência de um

novo paradigma tecnológico, introduzindo um novo modo de desenvolvimento" (Castells, 1989).

Para Castells, as profundas modificações que vêm ocorrendo nas sociedades capitalistas a partir dos anos sessenta expressam um fenômeno dessa natureza. Significa dizer que estaria se processando, no capitalismo contemporâneo, a emergência de um novo modelo de organização técnico-social, sustentado numa série de inovações científicas e tecnológicas em simultâneo a uma reestruturação econômica e institucional (política), levando a uma redefinição da sociedade em suas diversas dimensões. Essas transformações caracterizariam um novo modo de desenvolvimento, designadas pelo autor como modo de desenvolvimento informacional (informational mode of development), em substituição ao denominado modo de desenvolvimento "fordista".

Embora afirme que "as orientações e os produtos do processo de reestruturação não são inevitáveis", nem devem se desenvolver necessariamente segundo os contornos que de fato venham a ser assumidos nas realidades concretas, Castells não consegue escapar do determinismo econômico característico do materialismo histórico. É elucidativo a esse respeito o argumento de que, onde a reestruturação ocorre, o processo "direciona as sociedades, tecnologias, e o espaço em uma direção particular", com um significado histórico concreto. Assim, a reestruturação do capitalismo contemporâneo - objeto de sua análise - estaria ocorrendo em diferentes países do mundo (Europa Ocidental, região do Pacífico e Terceiro Mundo) seguindo caminhos específicos em cada um deles, depen-

dendo de suas "condições econômicas, sociais e políticas" historicamente determinadas. No entanto, argumenta que "em todos os casos, o processo tem que lidar com questões políticas similares e avança através de debates políticos similares, convergindo para um conjunto restrito de políticas econômicas" (Castells, 1989)-tipificadas na denominada agenda das reformas "neoliberais" dos anos mais recentes.

A reestruturação em curso na sociedade capitalista, que se processa em torno da constituição de um novo paradigma tecnológico tem, como elemento técnico-científico central, o desenvolvimento da microeletrônica. Desencadeadas por uma sequência de inovações científicas, que vão da descoberta do transistor (1947) ao microprocessador (1971), e internalizadas mais intensamente pelas telecomunicações, as novas tecnologias passam a se difundir pelos demais setores produtivos, sob a forma de sistemas informacionais. Ao mesmo tempo, em torno do núcleo original das tecnologias de informação, tomam forma "diversas outras inovações fundamentais (...), particularmente nos novos materiais (cerâmicas, ligas, fibra ótica), e mais recentemente, nos supercondutores, no laser e nas fontes renováveis de energia" (Castells, 1989), estendendo-se para o campo da matéria viva, através da engenharia genética e da biotecnologia. Por último, a sinergia criada pela interação dessas novas tecnologias, potencializada pela natureza específica de seu processo de inovação, ou seja, pelo fato de se basear no aumento da capacidade de "armazenar, recuperar e analisar informação", vai contribuir decisivamente para sua "rápida difusão e aplicação" no sistema produtivo (Castells, 1989).

Ao examinar os impactos dessa revolução tecnológica na sociedade

com o intuito de especificar e interpretar as relações que se estabelecem entre as mudanças na base técnica do sistema produtivo e as transformações que se processam na organização social como um todo, Castells (1989) afirma que as novas tecnologias impõem "a materialidade de sua lógica interna na articulação entre o processo de inovação e o processo de organização social".

Essa lógica interna que comanda a estruturação e evolução do novo modelo de desenvolvimento tecnológico - o novo paradigma tecnológico - é caracterizado por dois aspectos fundamentais: de um lado, as novas tecnologias estão centradas no processamento de informações (information processing); de outro, os efeitos incidem principalmente sobre os processos produtivos e não sobre produtos. Quanto ao primeiro aspecto, o caráter distintivo do novo paradigma tecnológico reside no fato de a informação ser, ao mesmo tempo, insumo e produto do processo de inovação. As inovações técnicas de conteúdo informacional não apenas potencializam a geração de novos conhecimentos e descobertas neste campo científico mas vão se constituir no fator determinante do aumento da produtividade e, conseqüentemente, da expansão do excedente do processo produtivo. Com relação ao segundo aspecto,

Castells enfatiza que, embora as inovações tecnológicas tenham inegáveis impactos sobre os produtos, seja no sentido da diferenciação (modernizadora) dos já existentes ou da introdução de novos produtos, o efeito mais decisivo aparece associado a transformações nos diferentes bens e serviços que intervêm no processo produtivo, e não propriamente nos produtos enquanto bens de consumo final.

Quando examina os impactos do novo paradigma tecnológico sobre a sociedade, Castells (1989) reafirma a importância fundamental de as inovações serem orientadas para processos e não para produtos: "porque processos, ao contrário de produtos, entram em todas as esferas da sociedade humana, suas transformações por tais tecnologias, concentradas em onipresentes fluxos de informação, levam a modificações na base material da sociedade como um todo. Assim, as novas tecnologias de informação estão transformando a forma de produzir, consu-

mir, gerenciar, viver e morrer; não por si próprias, certamente, mas como um poderoso mediador de um amplo conjunto de fatores que determina o comportamento humano e a organização social". Significa dizer que as novas tecnologias estreitam as relações existentes entre a esfera da produção e as demais dimensões

**Em determinadas fases do desenvolvimento, as forças produtivas podem e, mais do que isto, tendem a entrar em contradição com as relações sociais de produção, manifestando-se em "conflitos sociais, crises econômicas ou disputas políticas.**

estruturais da sociedade, em particular a dimensão cultural. Disto decorre um desdobramento de extrema importância para as sociedades modernas: como "a informação é baseada sobre a cultura", o desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, o crescimento econômico e a melhoria do bem-estar social passam a ser diretamente condicionados pela capacidade da sociedade, seja coletiva ou individualmente, gerar, manipular e difundir informações. Em termos mais específicos, o desenvolvimento econômico e social passa a ser determinado, de forma decisiva, pela "capacidade do trabalho processar informação e gerar conhecimento". Por sua vez, como "essa capacidade simbólica do trabalho não é um atributo individual" (Castells, 1989), a educação e o treinamento sistemático da mão-de-obra adquirem uma enorme centralidade à medida que potencializam a capacidade social de processar informação.

Se no novo paradigma tecnológico o desenvolvimento das forças produtivas está associado à capacidade de uma determinada sociedade em "educar e motivar sua força de trabalho", assegurando ao mesmo tempo os arranjos institucionais necessários à ampla difusão de informações, os impactos sobre as diferentes sociedades vão depender essencialmente de sua habilidade em alcançar tais objetivos. A esse respeito, Castells afirma que o desenvolvimento das forças produtivas não requer, em contradição com a proposição marxista, a superação do sistema capitalista. Ao contrário, argumenta que economias baseadas no mercado tendem a ser menos resistentes à "nova revolução tecnológica" que economias de planejamento estatal. O elemento central que vai determinar o sucesso de uma dada sociedade são as características culturais de sua estrutura social, historicamente fundadas.

Ao discutir os efeitos da emergência do novo paradigma tecnológico baseado na informação e orientado para processos, Castells destaca as mudanças impostas na lógica organizacional da produção, direcionadas à sua flexibilização. Por sistemas flexíveis podem ser entendidas "formas de produção caracterizadas por uma habilidade bem desenvolvida de pronto deslocamento de uma configuração de processo e/ou produto para outra (flexibilidade dinâmica) e de ajuste de quantidades de produção para cima ou para baixo num curto período sem qualquer efeito deletério nos níveis de eficiência" (Storper, 1990). A flexibilidade vai se traduzir portanto na necessidade de uma crescente capacidade de adaptação da produção ao ambiente em que se esta inscreve. Tal adaptação depende de uma variedade de aspectos que se entrecruzam, seja dentro do próprio sistema produtivo ou na relação do sistema produtivo com a organização social, o que "contribui para minimizar a distância entre economia e sociedade" (Castells, 1989). Suas conseqüências se manifestam em mudanças estruturais e organizacionais nas esferas da produção, do consumo e do gerenciamento, dando forma concreta à reestruturação do capitalismo contemporâneo.

Essa reestruturação do capitalismo, que se delineia como um processo tecnológico a partir da década de sessenta, passa efetivamente a tomar forma como um processo social a partir dos anos oitenta. As mudanças vão ser desencadeadas como uma resposta à crise estrutural do modo de desenvolvimento fordista, decorrente de "eventos históricos agindo sobre suas contradições específicas" (Castells, 1989). Destaca-se nesse contexto a contínua pressão dos "movimentos sociais e das lutas dos trabalhadores, cujo sucesso" (Castells, 1989), refletido nas inúmeras con-

quistas do estado de bem-estar social e nas demandas salariais, teve, como contrapartida, o rebaixamento da taxa de lucro, determinando uma crise no sistema produtivo. Tal crise fica claramente configurada em 1979, com o segundo choque do petróleo, tornando impostergável o processo de reestruturação. Assim, "um novo modelo de organização sócio-econômica tem de ser estabelecido, de forma a se alcançar os objetivos básicos de um sistema capitalista, isto é: aumentar a taxa de lucro para o capital privado" (Castells, 1989), necessário à retomada dos investimentos produtivos e, conseqüentemente, do crescimento da produção. Disseminado pela maior parte do atual sistema internacional, embora com "variações nacionais e resultados diferenciados", esse novo modelo apresenta três características principais: "a apropriação por parte do capital de uma parcela significativamente crescente do excedente do processo produtivo" (...); "uma mudança substancial no padrão de intervenção estatal" (...); e "a acelerada internacionalização de todo processo econômico" (Castells, 1989).

O aumento da taxa de lucro vai se fazer através da combinação de aumentos da produtividade e da exploração do trabalho. Enquanto aumentos de produtividade são decorrentes das inovações tecnológicas, aumentos da exploração exigem uma reestruturação do processo e do mercado de trabalho. Tal reestruturação se faz no sentido do rebaixamento dos custos salariais, seja de forma direta, com a redução do próprio salário, ou de forma indireta, com a redução de encargos sociais. O mercado de trabalho passa a incorporar parcelas crescentes de grupos sociais mais vulneráveis na sociedade, como "mulheres, minorias étnicas e imigrantes" (Castells, 1989), em simultâneo ao enfraquecimento dos sindicatos. A contratação de mão-de-

obra também se flexibiliza. Proliferam formas alternativas de contratação, como o trabalho "temporário e de meio período" (Storper, 1990) e o trabalho a domicílio, levando a altas taxas de rotatividade. A economia informal expande-se rapidamente, como forma de escapar da regulação institucional.

Da perspectiva da intervenção estatal, as mudanças vão significar uma reorientação da política de legitimação da dominação do capital através da redistribuição social para uma política de reafirmação da dominação do capital e favorecimento de seu processo de acumulação. O processo envolve uma redefinição geral do papel e dos instrumentos de atuação do estado. O estado de bem-estar social tende a ser reduzido, em simultâneo à busca de uma austeridade fiscal. Por outro lado, toma forma um movimento no sentido da desregulamentação do processo produtivo, acompanhado de privatizações reduzindo a presença do setor público na esfera da produção. Ao mesmo tempo, o estado passa a desempenhar função central no desenvolvimento das novas tecnologias informacionais, seja financiando infra-estrutura e pesquisa, seja adotando políticas fiscais favoráveis a este propósito.

Por último, a internacionalização da economia vai contribuir para "aumentar a lucratividade e abrir mercados através da expansão do sistema" (Castells, 1989). A fragmentação organizacional do processo produtivo é um dos principais recursos para se assegurar a rentabilidade no novo paradigma de desenvolvimento (Storper, 1990). Fomentada pelas novas tecnologias de informação, a desintegração horizontal e vertical da organização produtiva, formando redes (network) de empresas, assegura

uma forma mais flexível e eficiente de gestão, em crescente substituição à grande empresa de gerenciamento centralizado, típica do modo de desenvolvimento fordista. A crescente internacionalização da economia é decisiva para potencializar as vantagens associadas a essa flexibilização do processo produtivo, à medida que vai permitir ao capital aproveitar-se

**A  
internacionalização  
da economia vai  
contribuir para  
"aumentar a  
lucratividade e  
abrir mercados  
através da  
expansão do  
sistema"**

**(Castells, 1989)**

de "condições mais favoráveis para investimento e produção em qualquer parte do mundo" (Castells, 1989), levando a uma redefinição da divisão (internacional) do trabalho. "A subcontratação, sob diversos aspectos institucionais, é a forma principal assumida por essa" (...) nova "divisão do trabalho, de tal forma que o sistema de produção transforma-se frequentemente numa cadeia de produção" (Piore e Sabel, 1984; citado por Storper, 1990). Por outro lado, a

internacionalização leva a uma expansão e diversificação de mercados, dando sustentação não só ao crescimento da produção, mas também à diferenciação dos produtos. Como consequência geral dessas mudanças, as unidades produtivas tendem a se tornar menores e menos especializadas, o "que permite a formação e reformulação de combinações interdependentes de produtores" (Castells, 1989) enquanto mecanismo para manter a competitividade e garantir a rentabilidade econômica.

A reestruturação do capitalismo desencadeada a partir de e sobre as novas tecnologias informacionais envolve portanto um complexo processo de mudanças no nível do sistema produtivo e de sua articulação com a sociedade em suas diversas dimensões. Desse processo emerge uma nova forma de capitalismo que, ao mesmo tempo, "tem estimulado e dado sustentação à revolução tecnológica e tem adotado novas formas de organização" (Castells, 1989). A flexibilização da produção e a necessidade de adaptação a um ambiente em permanente transformação comandada pelas novas tecnologias levam a que as redes (networks) expressem a principal forma de reorganização do sistema produtivo e de gerenciamento. "A reestruturação do capitalismo tem usado o potencial adaptativo das organizações em rede para assegurar o fôlego de sua energia criadora-destrutiva, até agora constrangida pelos limites sociais e políticos impostos por uma sociedade relutante em se tornar mercadorria" (Castells, 1989). As consequências sociais do processo tendem a avançar muito além das transformações já ocorridas: a natureza deste avanço, sua forma e intensidade, dependerá exatamente dos constrangimentos políticos interpostos pela sociedade, corporificados em especial na ação do Estado.



## Conclusão

**E**mbora suscetível a críticas à sua fundamentação teórica e ao falseamento empírico de grande parte de suas principais proposições, o marxismo tem conseguido manter-se como uma perspectiva de análise compatível com a interpretação dos fenômenos sócio-econômicos contemporâneos. É evidência nesse sentido a análise empreendida por Castells relativa às recentes transformações das sociedades capitalistas.

A perspectiva teórica adotada por Castells segue as linhas gerais preconizadas pelo materialismo histórico, em particular a ênfase nos

fundamentos econômicos da sociedade. É a partir dos processos econômicos, mais especificamente da lógica de funcionamento de sua base tecnológica, que o autor busca examinar as transformações nos processos sociais, em suas múltiplas dimensões. A distinção essencial em relação ao marxismo convencional ou ortodoxo radica na interpretação do significado e das possibilidades históricas do capitalismo. Enquanto o marxismo ortodoxo assume uma conotação "revolucionária", tratando o capitalismo como um sistema transitório, cujas contradições internas levariam à sua superação pelo socialismo, Castells vai considerá-lo como um sistema

complexo, capaz de superar suas contradições através de um processo de reestruturação, englobando tanto aspectos tecnológicos quanto organizacionais. O que estaria se passando na sociedade contemporânea, para o autor, consiste exatamente num amplo processo de reestruturação do capitalismo, associado a uma "revolução tecnológica" baseada nas tecnologias de informação. Entender a natureza desse processo e as consequências dele derivadas - contexto onde o instrumental analítico marxista proporciona importantes subsídios - é central quando se tem em conta a preocupação com o bem-estar social.

## Bibliografia:

- Castells, M. *The informational city*. Basil Blackwell, 1989.
- Dobb, M. *Economia política e capitalismo*. Rio de Janeiro: Edições Gaal, 1978.
- Elster, J. *Marx hoje*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- Marx, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- Rattansi, A. *End of orthodoxy? The critique of sociology view of Marx on classes*. *The Sociological Review*, vol. 33, n. 4, November, 1985.
- Storper, M. *A industrialização e a questão regional no Terceiro Mundo*. in Valladares, L. & Preteceille, E (org.). *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. Nobel/IUPERJ, 1990.